



JOÃO ANTUNES

CONSULTOR DA ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

## Os efeitos das mudanças contabilísticas nos rácios financeiros das empresas

As alterações resultantes da aplicação do novo normativo contabilístico vão ter um impacto significativo nos indicadores económico-financeiros das empresas e na análise de crédito, originando resultados distintos nos rácios.

### Identificação de situações com maior impacto nas demonstrações financeiras

O capital não realizado é compensado com o capital subscrito, sendo apresentado no capital próprio apenas o capital realizado;

Os subsídios relacionados com activos aumentam o capital próprio da empresa; Reconhecimento de imparidades, a conversão para o SNC pode resultar em desconhecimento de activos com valores líquidos significativos e que não se qualifiquem como activos. Subsequentemente, o modelo SNC prevê a realização de testes de imparidades aos activos fixos tangíveis e intangíveis e, caso se verifique a imparidade, o respectivo reconhecimento em resultados;

O goodwill é sujeito a testes de imparidade;

O impacto do justo valor nas demonstrações de resultados;

O método da taxa de juro efectiva nos instrumentos financeiros, onde se incluem clientes e fornecedores quando o recebimento e o pagamento são diferidos, em que se aplica o método da taxa de juro efectiva que altera o valor nominal a reconhecer no activo ou passivo corrente.

### Os rácios

Os rácios mais analisados são os rácios de rentabilidade, rácios de estrutura de capital rácios de endividamento e rácios de liquidez.

Os rácios de rentabilidade traduzem os fundos gerados pela empresa após remunerar todos os diferentes factores produtivos – financiamento, trabalho, entre outros – e após liquidar os impostos. Traduzem, pois, a capacidade de gerar excedente económico, a criação de valor ou de riqueza.

A rentabilidade dos capitais próprios é dada pelo quociente entre o resultado líquido e o capital próprio da empresa.

Os rácios de estrutura de capital permitem analisar a forma de financiamento das empresas, capitais alheios ou capitais próprios.

Temos o rácio de autonomia financeira, dado pelo quociente entre o capital próprio e o activo total líquido que avalia precisamente a capacidade da empresa financiar os seus activos com capitais próprios, dando a medida do esforço financeiro de accionistas e credores.

A solvabilidade é medida pelo quociente

entre o capitão próprio e o passivo e pretende medir a capacidade da empresa de pagar o seu passivo numa óptica de médio e longo prazos.

O endividamento pode ser analisado pelo quociente entre os capitais permanentes e os passivos não correntes.

Os rácios de liquidez pretendem avaliar a capacidade da empresa para solver os seus compromissos no curto prazo que, no caso da liquidez geral, é dada pelo quociente entre o activo corrente e o passivo corrente.

Naturalmente que a análise dos rácios é dinâmica, sendo sempre analisada num determinado número de anos e recorrendo a outros instrumentos de análise, nomeadamente, recorrendo a técnicas de avaliação.

A análise económico-financeira das empresas será afectada com a transição para o novo modelo contabilístico, quer na transição com os ajustamentos contabilísticos de transição a afectar os capitais próprios, quer, subsequentemente, com as novas regras a alterarem a mensuração de activos e passivos.

Todos os rácios apresentarão oscilações significativas com esta transição, devendo os analistas de crédito e instituições que concedem subsídios estar devidamente preparadas para estas alterações e terem em conta, na transição, os efeitos nas demonstrações financeiras das empresas. Nesta matéria, ganha importância acrescida o anexo às demonstrações financeiras que devem divulgar quais os efeitos decorrentes da aplicação do novo modelo contabilístico.

Alguns estudos académicos que entretanto foram publicados permitem observar que os rácios de liquidez geral e reduzida apresentam percentualmente valores acima dos calculados com base no anterior normativo contabilístico, o POC.

Esta situação pode ter a ver com o facto de os acréscimos e diferimentos no novo normativo contabilístico – o SNC – se encontrarem distribuídos com a agregação corrente e não corrente.

Não há qualquer dúvida que a alteração de normativo contabilístico em 2010 vai provocar oscilações significativas nos rácios de análise económico-financeira das empresas, devendo os preparadores, utentes da informação financeira e analistas de crédito estar conscientes que na transição a comparabilidade fica altamente comprometida.

Este alerta é tanto mais importante porquanto se encontra directamente relacionado com o financiamento das nossas pequenas e médias empresas que são aquelas que sofrerão o maior impacto com a alteração das regras contabilísticas.